



ARTIGOS

O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DOCENTE DO COLÉGIO PEDRO II: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

Jorge MARQUES

Colégio Pedro II - CPII

Rio de Janeiro, RJ- Brasil

jorgelmarques@globo.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8126-7337>

Aira Suzana Ribeiro MARTINS

Colégio Pedro II - CPII

Rio de Janeiro, RJ- Brasil.

airasuzana.ribeiromartins@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3700-4636>

Francisco R P MATTOS

Colégio Pedro II - CPII

Rio de Janeiro, RJ- Brasil.

francisco.mattos@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3760-4636>

RESUMO: Este trabalho pretende apresentar o Programa de Residência Docente (PRD), desenvolvido pelo Colégio Pedro II. Abordar a Residência Docente é tratar também da questão da formação continuada, que permanece como uma das lacunas nas políticas públicas da Educação Brasileira. Assim, é necessário ter-se um professor que avalie e reflita sobre suas práticas pedagógicas e que encare o magistério como um eterno “vir a ser”. Nesse sentido, a formação continuada e, em última instância, o Programa de Residência Docente buscam a construção de um perfil de professor-pesquisador, o qual, além de investigar práticas e processos pedagógicos, avalia o contexto socioeducativo e se autoavalia. Abordamos no texto, questões como o histórico do Colégio Pedro II e sua tradição na pesquisa; as motivações que levaram à criação e execução do PRD; a presença do PRD no organograma institucional e as perspectivas do Programa de Residência Docente na política educacional atual.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Continuada; Programa de Residência Docente; Colégio Pedro II.

THE TEACHER RESIDENCY PROGRAM AT THE COLÉGIO PEDRO II SCHOOL: BACKGROUND AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: This paper seeks to present the Teacher Residency Program (PRD) conducted at the Colégio Pedro II school. Approaching Teacher Residency is also dealing with the matter of continuing education, which remains as one of the public policy gaps in the Brazilian education. Thus, a teacher must be capable of assessing and reflecting on their pedagogical practices and facing teaching as an eternal act of “coming to be”. In this regard, continuing education and ultimately the Teacher Residency Program seek to build a teacher-researcher profile, who will, in addition to investigating pedagogical practices and processes, assess the socio-educational context and evaluate themselves. This text will approach issues such as the history of Colégio Pedro II and its tradition in the field of research; the reasons that led to a PRD being created and deployed; the presence of the PRD in the institution’s organizational chart, and the perspectives of the Teacher Residency Program in current educational policy.

KEYWORDS: Continuing Education; Teacher Residency Program; Colégio Pedro II.

EL PROGRAMA DE RESIDENCIA DE DOCENCIA EN EL COLÉGIO PEDRO II: HISTORIA Y PERSPECTIVAS

RESUMEN: Este trabajo pretende presentar el Programa de Residencia Docente (PRD), desarrollado por el Colegio Pedro II. Acercarse a la Residencia Docente también está abordando el tema de la educación continua, que sigue siendo una de las brechas en las políticas públicas de Educación brasileña. Por lo que es necesario tener un docente que evalúe y reflexione sobre sus prácticas pedagógicas y que vea la enseñanza como un eterno “llegado a ser”. En este sentido, la formación continua y, en definitiva, el Programa de Residencia. Los docentes buscan construir un perfil docente-investigador, que además de investigar prácticas y procesos pedagógicos, evalúa el contexto socioeducativo y se autoevalúa. Abordamos en el texto, cuestiones como la historia del Colegio Pedro II y su tradición investigadora; las motivaciones que llevaron a la creación y ejecución del PRD; la presencia del PRD en el organigrama institucional y las perspectivas del Programa de Residencia Docente en la política educativa actual.

PALABRAS CLAVE: Educación Continua; Programa de Residencia Docente; Colegio Pedro II.

1 Introdução

É certo que, em 2 de dezembro de 1837, data de fundação do Colégio Pedro II, seria inimaginável pensar que futuramente ele seria um polo de formação continuada de docentes. Com efeito, sucedâneo do antigo “Seminário de São Joaquim”, o Imperial Colégio de Pedro II nascia, naqueles idos, para preencher uma lacuna de formação de excelência em solo brasileiro. O colégio surgiu, portanto, como alternativa estratégica que permitiria às famílias abastadas da época a oferta de educação de qualidade. A partir daquele momento, elas não necessitariam mais enviar seus herdeiros aos centros de formação europeus, pois o Colégio Pedro II passaria a funcionar como o grande catalisador de formação das elites nacionais.

Durante todo o período imperial e o início da República, quando o colégio recebeu denominações diversas, como “Instituto Nacional de Instrução Secundária” e, logo depois, “Ginásio Nacional”, o perfil da instituição manteve-se cristalizado. Metonímia de tal realidade é a ascensão ao poder de dois ex-alunos da instituição, respectivamente os presidentes Washington Luís e Hermes da Fonseca. Natural seria a expansão do Colégio, primeiramente, nos anos 50 do século passado, época em que foram fundadas as “Seções” Norte e Sul, localizadas, respectivamente, nos bairros do Engenho Novo e do Humaitá, seguida, na década de 80 do século XX, com a implantação das séries iniciais do Ensino Fundamental. Já em anos recentes, entre 2004 e 2007, a instituição sofreu um profundo investimento expansionista, chegando à zona oeste, no bairro de Realengo, do Rio de Janeiro e aos municípios vizinhos de Duque de Caxias e Niterói.

Vale lembrar que desde 2006 o Colégio Pedro II oferece a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), com formação em Assistente Administrativo, Técnico em Administração e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Ainda, como parte do projeto de expansão, em 2009, foi criado o Ensino Médio Integrado, com vistas à promoção de uma formação geral associada a uma formação profissional. São oferecidos os cursos técnicos e profissionalizantes de Técnico em Administração, Técnico em Instrumento Música, Técnico em Meio Ambiente, nesse segmento de ensino no colégio. Foi criado, ainda, em 2015, no campus Realengo, o Departamento de Educação Infantil, que oferece 170 vagas para crianças a partir de 3 anos de idade.

Com o acesso sendo democratizado através de sorteios públicos em séries diversas e a implantação do sistema de cotas, nos dias de hoje, o Colégio Pedro II atende o povo brasileiro em sua diversidade. Entretanto, os concursos de admissão ao colégio continuam a ser, ano após ano, acirradamente disputados. Tal fato se deve à confiança que a população continua a ter na qualidade da formação oferecida pelo educandário. Não há dúvida ainda de que as constantes boas posições da instituição em exames nacionais e internacionais e em Olimpíadas educativas diversas chamam a atenção da sociedade para o excelente desempenho do estabelecimento.

Em 2011, o Colégio Pedro II tornou-se equiparado às Instituições Federais de Ensino (IFEs), o que o levou a expandir suas ofertas além do ensino na Educação Básica. O organograma institucional se reestruturou, e as antigas unidades de ensino passaram a ser chamadas de campi, sendo instituída também a figura do reitor no lugar do antigo diretor-geral. Além disso, o Colégio passou a ser alicerçado a partir do tripé Ensino – Pesquisa – Extensão. Nesse contexto, em 2012, surgiu o Programa de Residência Docente, tendo em vista que o Colégio Pedro II é a única instituição federal de ensino que abarca a Educação Básica, nada mais natural que o primeiro esforço abrangendo a Pós-Graduação envolvesse todo o acúmulo de conhecimentos sedimentado a partir de mais de um século formando os jovens da Nação. O Programa Residência Docente (PRD) teve, dessa forma, um papel pioneiro na instituição, visto que abriu os caminhos para outras diversas especializações e mestrados em curso atualmente na instituição.

A Residência Docente tem como um de seus objetivos precípuos a construção de um perfil de professor-pesquisador, engajado em uma prática de produção de conhecimento, que reflete sobre seus hábitos e práticas e, mais ainda, que sabe o papel que exerce dentro das engrenagens do sistema educacional onde atua. Gauthier (1998, apud MAGALHÃES, 2001, p.243) afirma que “é muito mais pertinente conceber o ensino como uma mobilização de vários saberes que formam uma espécie de reservatório no qual o professor se abastece para responder a exigências específicas de sua situação concreta de ensino.” Nesse sentido, o Programa de Residência Docente procura levar o professor a refletir sobre sua prática, convidando-os a ações que causem impacto positivo em suas práticas, por meio do convívio com o professor supervisor em sala de aula do Colégio Pedro II e por meio de leituras atualizadas, minicursos e oficinas oferecidas pelo programa. Essa postura reflexiva sobre o sua atuação em sala de aula acompanhada de conhecimentos adquiridos em eventos promovidos pelo programa de pós-graduação faz com que esse professor residente se torne sujeito de sua ação, deixando de ser um indivíduo reproduzidor de tarefas já prontas, dando um outro sentido à sua prática, de acordo com Magalhães (2001).

Em princípio, o Programa de Residência Docente foi concebido e gestado para atender apenas os profissionais recém-egressos no magistério. Entretanto, logo ele passou a receber afluxo significativo de docentes veteranos. A significativa demanda advinda de um público que, inicialmente, não era o aguardado pelo programa foi enriquecedora e, ao mesmo tempo, desafiante. O inesperado fenômeno explicitou a carência de iniciativas como a do PRD, e motivou os gestores da Residência Docente a adaptarem os propósitos e os princípios do programa à gama de professores que o procuravam.

O novo modelo que se impunha exigiu mudanças significativas, pois um programa criado para introduzir o professor recém-formado em práticas de sala de aula, devidamente fundamentadas por literatura especializada, deparou-se com uma situação que fugia aos seus propósitos iniciais. Esse professor mais experiente considerou o PRD um momento de atualização de seus conhecimentos. O Programa, portanto, passou a ter dois públicos distintos: o docente recém-formado, ávido por uma formação que o preparasse para o trabalho em sala de aula e o profissional já acostumado à rotina de sala de aula, com interesse em atualizar seus conhecimentos, com leituras de obras mais recentes no campo da Educação e da sua formação específica e também com conhecimento de práticas talvez mais eficientes e práticas mais recentes que enriquecessem sua atuação em sala de aula.

Essa mudança ocorrida no Programa de Residência Docente contribuiu para tornar a formação mais rica, pois observam-se vozes de diversas naturezas, com um único propósito: a busca de conhecimentos e práticas que promovam a melhoria do ensino na escola básica.

É importante destacar que as informações históricas apresentadas foram colhidas em documentos do acervo histórico do Colégio, que se encontra na Biblioteca Histórica do Colégio Pedro II, localizada no primeiro andar do campus Centro. As informações acerca do Programa de Residência Docente foram extraídas de documentos que se encontram na Diretoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC). Os dados apresentados acerca das pesquisas realizadas pelos residentes foram obtidos na Biblioteca da Pós-Graduação. Vale ressaltar, também, que as informações referentes ao ingresso de ex-residentes no Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica foram recolhidas na secretaria do referido curso.

Nas próximas linhas, traçar-se-á a distinção, dentro da formação continuada, entre Residência Pedagógica e Residência Docente e, ainda, procurar-se-á apresentar, de forma mais detalhada, os principais fundamentos do programa de Residência docente do Colégio Pedro II.

2 O Programa de Residência Docente

De acordo com o documento da Capes (2013), o paradigma da Residência Docente existe, sob formas diversificadas, em vários países. A denominação “residência”, a propósito, é extremamente feliz, pois decalca a ideia da residência médica, já amplamente difundida no meio acadêmico. Ora, é de conhecimento geral que o médico residente é o profissional recém-formado que frequenta um estabelecimento para, em um processo de imersão, vivenciar todo o cotidiano hospitalar, devidamente orientado por um médico tutor. A Residência Docente espelha-se nesse paradigma e, em princípio, seria voltada para o professor em início de carreira que aperfeiçoaria os conhecimentos teóricos estabelecidos durante a Graduação. Em outras palavras, a Residência amenizaria o “choque de realidade” que frequentemente se estabelece quando o jovem docente sai dos bancos universitários e ingressa em salas de aula da Educação Básica, enfrentando problemas estruturais diversificados; seria uma espécie de aclimatação ao “mundo real” da sala de aula, seus desafios, dificuldades e entraves.

Cabe, nesse momento, então, diferenciar a Residência Docente da Residência Pedagógica. Esta, segundo Silva e Cruz (2020), atende apenas profissionais ainda em formação e, portanto, formula-se como um fortalecimento do estágio obrigatório, expandindo a experiência do graduando. A Residência Docente, por outro lado, tem como objetivo central a formação continuada docente, aspecto ainda tão relegado a plano secundário na Educação brasileira. Com efeito, o que se vê no país, com raras exceções, após a licenciatura, ao ingressar no mercado de trabalho, o professor encontra-se envolvido por uma furiosa tormenta de aulas, escolas e planejamentos, necessária para manter a subsistência, e age apenas como uma peça na engrenagem do sistema capitalista de ensino. “Dar aulas” passa a ser, nesse sentido, uma corrida insana para sobreviver com dignidade. O natural é que, nesse contexto, o profissional passe a funcionar como um autômato, apenas reproduzindo estratégias e procedimentos ou, ainda, pautando sua prática escolar a partir de apostilas e livros didáticos.

O mercado editorial, ciente da realidade sobre a qual se comentou anteriormente, passou a oferecer um grande número de materiais extras, como planejamentos, propostas de projetos, avaliações com gabaritos e uma série de orientações relacionadas à condução do trabalho em sala de aula. Desse modo, de posse desses documentos, o professor não tem mais a necessidade de planejar as aulas e até mesmo elaborar uma avaliação. Nesse contexto, o trabalho é impessoal, já que não há reflexão, tampouco tomada de ações, com vistas a tornar o ensino e a aprendizagem mais adequados às situações de sala de aula. É importante ressaltar que as propostas presentes nos livros, muitas vezes, são elaboradas por autores distantes da realidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e presos às demandas dos editores desejosos de ver o produto aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático. De acordo com Vianna e De Grande (2018), o livro didático, atualmente, é um dos elementos que contribui para a formação do professor. Entretanto, é importante ressaltar que essa formação é fragmentada e limitada à corrente teórica seguida pelos autores do livro. O professor deve ter, no mínimo, uma visão crítica do material que está utilizando, a fim de que faça ajustes em caso de necessidade. Essa visão crítica somente será adquirida a partir de uma sólida formação, que fornecerá ao professor conhecimentos necessários para fazer a escolha de um livro didático de forma consciente e para conduzir o ensino com competência e criatividade e, acima de tudo, autonomia.

Além do excesso de trabalho, o professor, sobretudo, mais jovem, pode não ter tido oportunidade de se preparar para ministrar aulas em turmas da escola básica, pois existe a possibilidade de as disciplinas dos cursos de formação de professores terem sido dissociadas dos conhecimentos relacionados às práticas de sala de aula. Como observam as autoras já citadas, Vianna e De Grande (2018), há docentes que, mesmo

com atuação em cursos de licenciatura, desenvolvem suas pesquisas voltadas para a área acadêmica, nem sempre associadas ao ensino na escola básica. Assim, muitas vezes, abordagens de teorias realizadas no ambiente universitário não preparam o professor para o trabalho efetivo em sala de aula. Como consequência, o livro didático passa a ser o suporte necessário para esse professor.

A autossuficiência do professor só pode ser conquistada a partir da busca de conhecimentos consistentes e atualizados, adquiridos por meio da capacitação continuada, que inclui leituras, além da participação em cursos, oficinas e palestras.

A ideia de que a capacitação continuada precisa ser incorporada à trajetória profissional docente como necessidade inerente à profissão, e não como mera perfumaria, não foi ainda, sistematicamente, assimilada pela diversidade dos sistemas educacionais brasileiros. Em tempos não muito distantes, iniciativas bem-intencionadas, mas ainda incipientes e precárias, concebiam a capacitação como processo descontínuo e isolado, o qual, não por acaso, era muito das vezes denominado como “reciclagem”, ou seja, um acúmulo de conhecimentos breves e superficiais, na maior parte das vezes elaborado e apresentado como um “receituário didático”. Esses cursos, com propostas de atividades para serem reproduzidas, eram, geralmente, promovidos pelas secretarias de governos municipais ou estaduais.

Acerca da formação continuada, Dudar, Cordeiro e Rengel (2019) perfazem a seguinte reflexão:

Se é um direito, a formação docente continuada consiste em um dever do Estado a ser assegurado pelos sistemas de ensino, por meio de políticas públicas, e não uma responsabilidade individual do professor. Isto significa que se a formação é um direito adquirido pelo professor pela legislação, essa deverá ser oferecida a ele (mais do que buscada, individualmente, por ele), pelas instâncias federais, distritais, estaduais e municipais, que são responsáveis por garantir aos docentes a efetivação desse direito. (p. 117)

A passagem anterior constitui importante reflexão, visto que trata a formação continuada como direito docente, proposta surgida nos anos de 1990. De acordo com Magalhães (2001), esse movimento considera o desenvolvimento profissional do professor sempre em evolução e continuidade, considerando-se que o conhecimento humano tem caráter provisório, isto é, está sempre em reconstrução. Como pode ser facilmente constatado, esse é somente mais um dos direitos sonogados ao profissional que atua em sala de aula.

3 Um Programa em Constante (Re)Construção

O desvio de rota anteriormente mencionado não foi o único vivido pelo Programa no decorrer dos anos. Com efeito, o PRD – bem como toda a Educação no Brasil – não passou incólume por toda a turbulência político-econômica vivida pela nação em tempos mais recentes. Desse modo, o financiamento que, em princípio, sustentava a iniciativa, com bolsas para professores supervisores, coordenadores e residentes, foi, pouco a pouco, sendo retirado. Ainda que o Colégio Pedro II tenha tomado a iniciativa de financiar, em parte, os custos do Programa, em determinado momento, não houve mais condições de levar adiante a oferta de bolsas, em virtude da total extinção da verba enviada pelo gestor federal. Nesse momento de impasse, a vontade política do Colégio Pedro II falou mais alto: embora o Programa tenha ajustado sua dimensão, ele manteve-se vivo e atuante. Por outro lado, essa nova realidade impactou significativamente na busca pelo curso. Com efeito, a retirada da ajuda de custo foi, de certa forma, dramática para alguns professores residentes, num momento histórico, em que, por exemplo, a rede pública estadual passou por momentos

agudos de total inadimplência para com seus servidores. Como levar adiante uma formação continuada se, efetivamente, a subsistência familiar estava comprometida? Evidentemente, a coordenação do curso teve de fazer esforços hercúleos para garantir a esses profissionais o direito de darem continuidade ao seu curso, malgrado não pudesse intervir na dura realidade concreta que assolava, na ocasião, o funcionalismo estadual.

No momento presente, o Programa de Residência Docente reestruturou-se sob bases diversas das quais foi criado, ou seja, já existe a total convicção de que não se pode mais, nos dias de hoje, acreditar no retorno de uma verba que sustente o Programa, com bolsas para professores supervisores, professores coordenadores e residentes. Os docentes que atuam na Residência, em contrapartida, podem incluir a sua atuação no PRD dentro de seu Plano de Trabalho Docente. Há, além disso, um esforço contínuo do programa em oferecer aos residentes atividades que se coadunem com a vida de um profissional que, muitas vezes, trabalha em diversas instituições de ensino e está voluntariamente em busca do aperfeiçoamento docente.

É importante ressaltar que as mudanças ocorridas no Programa de Residência Docente foram mais marcantes em relação ao ingresso de professores com mais de cinco anos de ingresso na carreira de Magistério e também em relação ao término das bolsas que eram oferecidas a professores supervisores, professores coordenadores e professores residentes. A estrutura do Programa permaneceu a mesma, ou seja, o professor residente deve cumprir uma carga horária de 360 horas, sendo 100 horas em atividades didáticas desenvolvidas no Colégio Pedro II, 40 horas na instituição de origem do professor residente, práticas em Educação a Distância, coordenadas pelo Setor de Educação a Distância do Colégio Pedro II, através de produção de vídeos a serem compartilhados à sociedade e de oficinas/ minicursos ministrados pelo referido setor. As 180 restantes se referem à elaboração do pré-projeto, 30 horas, e 150 horas em palestras, oficinas, minicursos, encontro geral de Área, Seminário Multidisciplinar do PRD – 150 horas das quais 50 horas, no máximo, podem ser de eventos não oferecidos pelo PRD tais como palestras, seminários, simpósios, congressos. Ao final do curso, que tem a duração de mais ou menos um ano, o professor residente deve apresentar uma monografia, o Produto Final, com o resultado de projeto desenvolvido em sua instituição de origem com fundamentação teórica pertinente, sob orientação do professor supervisor.

Os cursos e oficinas das diversas áreas oferecidos para os professores residentes são ministrados por professores do Colégio Pedro II, professores convidados de outros colégios e universidades. Muitos ex-residentes, em virtude da excelência de seu produto final, também ministram cursos baseados nesses Produtos Finais.

O programa de pós-graduação *strictu-sensu*, Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica (MPPEB) do Colégio Pedro II também contribui para a formação continuada dos professores residentes, com oferta de cursos sob a responsabilidade dos mestrandos, com conteúdos relacionados a alguma disciplina ou inspirados nas pesquisas desenvolvidas por esses futuros mestres.

Os responsáveis pelas sessões de minicursos e oficinas procuram sempre apresentar propostas inovadoras, com base em pesquisas atuais que promovam uma aprendizagem ativa e significativa para o aluno e prazerosa para o professor, pois, de acordo com Gauthier (1998, apud MAGALHÃES, 2001, p. 243), o ato de ensinar não pode mais ser entendido como “um ofício sem saberes”, com a ideia de que “basta conhecer o conteúdo”. Como se afirmou anteriormente, o professor tem de ser um criador de saberes e, para isso, é necessária a postura de pesquisador.

O Programa de Residência Docente, no firme propósito de formar professores pesquisadores, envolvidos em atividades acadêmicas, promove, anualmente, um encontro, o Seminário Multidisciplinar, no qual cada

docente participante do Programa apresenta seu pré-projeto com as bases teóricas e práticas iniciais para os colegas e para o grupo de professores supervisores do Programa. O objetivo do evento é fazer com que esses pré-projetos sejam apreciados pela comunidade acadêmica com vistas ao aprimoramento da pesquisa iniciada, caso haja necessidade. Nessa ocasião, são convidados ex-residentes para que apresentem seus Produtos Acadêmicos Finais já desenvolvidos para o grupo de novos residentes que, muitas vezes, apresentam certa insegurança em iniciar um trabalho acadêmico.

Os professores residentes são também incentivados a participar de simpósios e congressos como ouvintes e até mesmo como comunicadores, com textos posteriormente, publicados nos anais desses encontros.

Vale destacar que o Programa de Residência Docente, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, ao final do curso, confere ao professor cursista o certificado de Especialista. Por isso, o docente é obrigado a apresentar, ao final do curso, o Produto Acadêmico Final, o qual se mencionou anteriormente, além de cumprir uma carga horária exigida pela Pós-Graduação lato-sensu, distribuída entre participação em cursos, oficinas, palestras e atividades em sala de aula junto ao professor supervisor, responsável pela orientação do Produto Acadêmico Final.

Passados sete anos do início do Programa, já é possível notar a existência de temáticas recorrentes dentro dos interesses de investigação dos Produtos Acadêmicos Finais: há muitos trabalhos que abordam as questões étnico-raciais, bem como a área de ensino para pessoas com necessidades especiais. Recorrentes também são os trabalhos que versam sobre Leitura/ Letramento e, ainda, estudos que lidam com as dificuldades na área de ensino de Matemática. Para ter acesso à totalidade dos trabalhos, no momento, ainda é preciso dirigir-se à biblioteca da Pós-Graduação do Colégio Pedro II. De qualquer modo, o anuário 2012 – 2017 dá conta, pelo menos, dos resumos dos produtos defendidos até então. Esse documento está disponível online e pode ser acessado através do seguinte link: <https://www.cp2.g12.br/blog/prdcp2/files/2019/06/Anuario-PRD-2012-2017-final.pdf>

4 Considerações finais

O trabalho do professor é um elemento de especial importância para a qualidade da Educação e, para que isso aconteça, é necessária uma formação sólida e atualizada desse docente. Com o propósito de auxiliar o professor iniciante a ajustar os conhecimentos adquiridos na universidade às situações de sala de aula, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II criou o Programa de Residência Docente. Entretanto, devido ao interesse de docentes mais experientes para essa formação, foi ampliado o atendimento, passando, desse modo, a ser permitido o ingresso de quaisquer docentes ao Programa, não sendo mais pré-requisito seus anos de magistério. A ampliação desse trabalho de formação foi muito positiva para o Programa, pois se pôde presenciar o retorno aos estudos de professores com vários anos de experiência, desejosos de promover melhoria em seu trabalho, com práticas mais atualizadas e verdadeiramente significativas para a formação do educando. Muitos ex-residentes, com o objetivo de aprofundar seus conhecimentos acerca de práticas em sala de aula, ingressam no Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica (MPPEB- CPII), desenvolvendo projetos que muito contribuem para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem na escola básica.

Um programa da natureza da Residência Docente é construído sob bases sólidas, mas que, por outro lado, precisa se ajustar continuamente. Quando a formação continuada tiver, no Brasil, uma tradição sistemática, que garanta aos docentes o aperfeiçoamento contínuo como algo inerente à profissão, poder-se-á conceber

um projeto que não precise ajustar-se a interferências externas. Dentro do panorama e das perspectivas reais ainda hoje enfrentadas, é necessário encarar o Programa de Residência Docente como um processo continuamente em construção, que precisa ajustar-se, reinventar-se adaptar-se à vida pujante que cerca a escola e a torna tão desafiadora e, ao mesmo tempo, tão rica.

5 Referências

CAPES. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica. CAPES: Uma síntese sobre Programas de Formação de Professores da Educação Básica. Brasília, 2013.

DUDAR, C. Z.; CORDEIRO, A. F. M.; RENGEL, J. T. S. "Formação docente continuada como direito: implicações conceituais". *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 18, n. 59. 2019. Disponível em <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/issue/view/1933>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MAGALHÃES, L. M. Modelos de educação continuada: os diferentes sentidos da formação reflexiva do professor. In: KLEIMAN, A. B.(org.) *A formação do professor*. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da e CRUZ, Shirleide Pereira. A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. In: *Momentos- Diálogos em Educação*. Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.vol. 29 n.1, 2020

VIANNA, Carolina Assis Dias e DE GRANDE, Paula Bacarat. A formação dos professores, a Universidade e a Escola Básica: conciliando interesses na elaboração de materiais. In: CADILHE, Alexandre José, GARCIA-REIS, Andreia Rezende, MAGALHÃES, Tânia Guedes (orgs.). *Formação docente: linguagens, práticas e perspectivas*. São Paulo : Editora Pontes, 2018.

MARQUES, J.; MARTINS, A. S. R.; MATTOS, F. R. P.; **O programa de residência docente do Colégio Pedro II: histórico e perspectivas** Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores. Belo Horizonte. Vol. 13, nº. 25 (p. 43-52) 31 dez. 2020. ISSN:2176-4360. DOI <https://doi.org/10.31639/rbpf.v13i25.428>

